

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 5 • 1995



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1995

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 5 • 1995 **ISSN: 0872-6086**

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
PREFÁCIO – Isaltino Morais
CAPA – João Luís Cardoso
FOTOGRAFIA – Autores assinalados
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Luís Macedo e Sousa
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras
2780 OEIRAS

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Sogapal, Lda.
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
5, Oeiras, Câmara Municipal, 1995, pp. 341-347

ARQUEOLOGIA, TURISMO E PODER LOCAL: O EXEMPLO DO CONCELHO DE OEIRAS

João Luís Cardoso⁽¹⁾

«Um monumento recomendável como objecto de arte, é um capital produtivo. Calcule quantos viajantes terão atravessado Portugal durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas estradas... certo que não é para aprenderem agricultura com os nossos agricultores... mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano de Évora, o castelo da Feira, o convento de Belém, e enfim, tantas obras primas... que encerra este cantinho do mundo.

E dissei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem dispende muito oiro? Ignorais que este oiro se derrama por mãos de portugueses?»

Alexandre Herculano, in REAL, 1989.

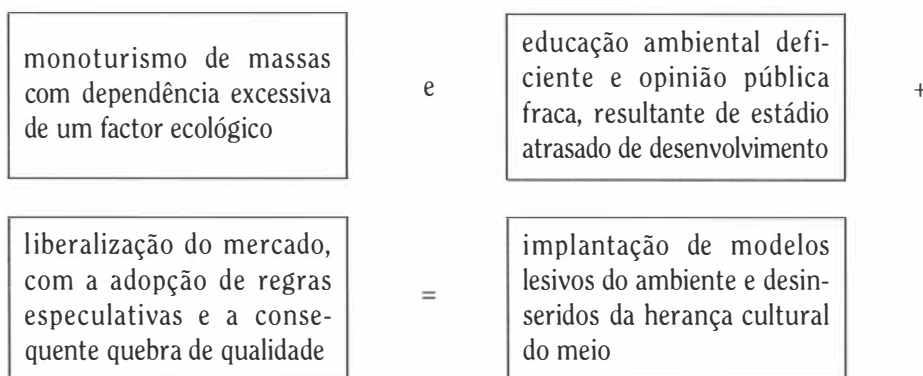
O turismo é uma realidade recente; ele deverá ser entendido como um reflexo das sociedades industrializadas e altamente competitivas, sendo um recurso para os cidadãos encontrarem a calma e o equilíbrio perdidos. O seu crescimento exponencial deve-se ao encorajamento da sua prática (existência de férias obrigatórias e pagas) e à própria melhoria do nível de vida das populações, acrescida aos notáveis progressos verificados nos meios de transporte e facilidades de circulação de pessoas. Nesta

⁽¹⁾ Professor da Universidade Nova de Lisboa e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras. Sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Associação Profissional de Arqueólogos.

perspectiva, não admira que o turismo se tenha massificado, sendo actualmente praticado por vastas camadas da população. De facto, esta actividade representa na CE cerca de 5,5% do PIB, 6,0% de empregos e 8,0% do consumo privado (doc. C/2 - 181/88 da Comissão das Comunidades Europeias). Porém, a extensão da sua prática não correspondeu à melhoria da qualidade com que é praticado, bem pelo contrário. A opção pelo lucro rápido, incentivada directa ou indirectamente pelo próprio Estado, tem levado empresários a investimentos tantas vezes especulativos, valorizando aspectos de mais fácil e rápido aproveitamento (o sol, as praias...). Tais opções conduziram a assimetrias graves, em consequência da excessiva ocupação sazonal da faixa litoral, para a qual esta não se encontrava capacitada, atendendo à fragilidade ecológica que a caracteriza. Com a mega-dimensão de certos empreendimentos turísticos, não é apenas o ambiente que fica prejudicado: a deficiente qualidade dos serviços, conjugada com a ausência de infra-estruturas básicas, leva a uma real degradação da qualidade de vida dos que vieram à procura de descanso, agravada pela poluição e ruído permanentes: o que conduz a uma inevitável regressão na procura. Desta forma, gigantescos empreendimentos, apenas satisfatoriamente ocupados numa pequena fracção do ano, correm o risco de se encontrarem ainda mais subaproveitados, acentuando, ainda mais, a degradação existente.

Também a oferta de bens culturais deixa a desejar; para além de um “folclore” descharacterizado, resta um artesanato artificialmente mantido, tal como a gastronomia dita regional; e se, para certos estratos das populações locais, o contacto com novas formas de estar pode ser enriquecedor, e até gerador de novos empregos (embora em boa parte de carácter precário), para outros estratos cava-se uma separação intransponível, com a criação de extensas áreas reservadas e a criação de bens e serviços, a cujo usufruto não têm direito.

O processo que explica a implantação do modelo turístico – que tem entre nós a sua expressão mais acabada no litoral algarvio – pode apresentar-se, esquematicamente, do seguinte modo.



Como resposta ao quadro negativo sumariamente delineado parece verificar-se, mais recentemente, uma reacção, procurando-se alternativas num turismo mais diversificado (ecoturismo, agroturismo, turismo rural), incentivada pelo próprio Plano Nacional de Turismo. Porém, trata-se, na maioria dos casos, de projectos de aplicação prática ainda embrionária e que não tem sido fácil, facto resultante, em parte, da pouca apetência dos investidores. O reforço de uma componente ambiental e cultural na formação dos agentes e operadores turísticos poderia, em parte, desbloquear tal situação, pois que, ao nível dos cidadãos, se verifica uma crescente apetência pelo contacto com a Natureza, no seu sentido mais lato. Com efeito, por Património Natural dever ser entendido, não apenas a parcela territorial protegida por lei (parques nacionais e naturais), mas também as extensas áreas do interior do País, ainda caracterizadas por uma relação equilibrada e ancestral do Homem com o meio natural. São, precisamente, estas áreas, aquelas que se mostram mais sensíveis ao progresso económico e aquelas que mais acentuadamente sofrerão a descaracterização cultural a que aquele, se conduzido de forma desregrada, forçosamente, conduzirá; o progresso, porém, não é incompatível com a preservação da individualidade cultural de uma dada região; para o seu desenvolvimento harmonioso, poderá concorrer, de forma marcante, o turismo.

Este é, também, um sector cada vez mais carenciado de informação de base cartográfica actualizada, susceptível de informar a tomada de decisões quanto ao modelo de implantação turística mais adequado a uma dada região, garantindo os requisitos necessários à mobilização de apoios e incentivos comunitários – através dos múltiplos programas disponíveis para o efeito, por exemplo. Assim se chegaria a um desenvolvimento integrado, com respeito pelos valores culturais e ambientais, tendo como um dos principais esteios o turismo, potenciado pela indispensável articulação ao mercado comunitário.

*

*

*

Na procura de novos valores para o turismo cultural, assume particular importância o património arqueológico, quase por aproveitar no nosso país, salvas honrosas excepções.

Uma escavação arqueológica é, quando efectuada em uma grande estação, tarefa árdua, morosa e difícil, e também onerosa, ao exigir prolongados trabalhos de campo, ao longo de vários anos; não raro, a expectativa criada junto da população local é idêntica à existente nos meios científicos ou à dos próprios patrocinadores e responsáveis. A questão que então deverá ser colocada é a de saber como rentabilizar o investimento humano e financeiro efectuado, já que a questão que naturalmente a

deveria anteceder, a saber, quais os critérios que poderão justificar, à partida, o investimento em determinado sítio arqueológico, em detrimento de outro, nem sempre se podem aferir, sobretudo se se trata de locais por explorar, ou insuficientemente conhecidos à partida.

Para que um determinado sítio arqueológico possa ser encarado como potencialmente interessante do ponto de vista turístico, deverão conjugar-se diversos requisitos, os quais são independentes do seu valor científico intrínseco. De facto, casos há de locais de elevado interesse científico, porém desprovidos de características susceptíveis de valorização turística. Tais características, ou requisitos, podem reduzir-se a três ou quatro essenciais:

- a existência de um conjunto patrimonial visível e suficientemente explícito, de molde a ser apreendido/compreendido pelo visitante comum;
- a existência de uma área legalmente e fisicamente protegida;
- fácil acesso, pedestre e automóvel, e possibilidade de estacionamento.

O estado de conservação e raridade de um determinado monumento, a nível local ou regional, pode ser decisivo para eleição como local de valorização prioritária.

Em alguns casos conhecidos – como o povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) – o valioso conjunto arqueológico só se revelou após o início dos trabalhos de campo, dirigidos pelo signatário, em 1983, os quais foram motivados por razões estritamente científicas.

A valorização de determinado sítio arqueológico, decidida desde que se verifiquem os pressupostos apresentados, passa por um conjunto de acções que, resumidamente, se podem apresentar do seguinte modo:

- sinalização rodoviária adequada;
- restauro e consolidação das estruturas arqueológicas postas a descoberto, com a dupla finalidade de protecção e como forma de as tornar mais evidentes e aliciantes (didácticas);
- definição de circuitos de visita; a concepção simultânea de dois circuitos, com durações diferentes, respondendo às necessidades/interesse dos diversos visitantes é aconselhável, bem como a legendagem, através de painéis explicativos, dos principais pontos de interesse observáveis ao longo daqueles;
- publicação de roteiros e desdobráveis das ruínas, que complementarão aquela informação;
- existência de responsável técnico-científico, bem como de corpo permanente que assegure a protecção e limpeza do local;
- existência de pequeno bar ou restaurante, ou, pelo menos, de zona de recepção e de venda de publicações;

- uma estação arqueológica deverá ser, também, zona de lazer e de recreio; além de dever possuir um parque arborizado, um bom enquadramento paisagístico convidará à permanência no local, podendo o visitante ocasional tornar-se num seu frequentador assíduo.

Estas preocupações, que são válidas para qualquer conjunto patrimonial ou monumento isolado, correspondem integralmente às medidas adoptadas na valorização do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), actualmente em curso, patrocinadas pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, com o apoio do IPPAR.

Em alguns casos de grandes escavações realizadas em Portugal – Conimbriga é disso exemplo paradigmático – a solução encontrada para a exposição permanente do espólio, foi a criação de um museu monográfico. Tal situação, que exigirá a permanência de pessoal tecnicamente preparado e é, por isso, dispendiosa, justificar-se-á apenas nos casos:

- em que se disponha de espólio suficientemente numeroso e estética, visual e cientificamente importante;
- quando a própria área arqueológica é susceptível de tratamento museológico;
- quando não haja alternativa suficientemente próxima de museu não monográfico que responda às necessidades ou solicitações da população residente na zona, especialmente da em idade escolar;
- e, finalmente, quando haja a garantia de público razoavelmente numeroso, ao longo de todo o ano.

Reunidas estas condições, no caso de Leceia o “museu de sítio”, actualmente em fase de projecto, que poderá integrar materiais provenientes de outras estações arqueológicas do Concelho de Oeiras, passará a constituir, conjuntamente com a área arqueológica onde está inserido, um conjunto único, em articulação com outros pólos de elevado potencial museológico, como a Fábrica da Pólvora de Barcarena, cuja importância ultrapassará os limites locais, para se transformar em importante pólo de atracção a nível nacional.

É fundamental o investimento em iniciativas inovadoras, que constituam alternativa a um turismo massificador e não diversificado. Neste sentido, a valorização do património cultural, e particularmente, da sua componente arqueológica, bem como o seu entrosamento com a vertente ambiental, num sentido mais lato daquele em que é usualmente considerada, são domínios quase inteiramente por explorar, embora cheios de potencialidades. Também neste aspecto se poderá reforçar a ligação da estação arqueológica ao belo vale da ribeira de Barcarena, espaço natural que

importa valoriar e preservar. Com efeito, a relação entre o Património Cultural e o Património Natural é estreita e indissociável: fazem parte de uma mesma e única realidade, por ambas mutuamente enriquecida; não faz, pois, sentido, entender os dois os conceitos de forma não integrada.

Convém, no entanto desfazer à partida, um possível equívoco: o investimento turístico no património arqueológico dificilmente é rentável a curto prazo – situação que, para a maioria dos actuais empresários não é aliciante – exigindo, por isso, uma forte comparticipação técnico-financeira do Poder Central e/ou Local ou, ainda, através de verbas comunitárias, bem como a criação de uma nova mentalidade dos promotores e operadores turísticos, visto que os potenciais consumidores desse “novo turismo” já existem. Que o exemplo dado a este propósito em Leceia pela Câmara Municipal de Oeiras, bem como pelo IPPAR, viabilizado ao fim de treze porfiados anos de escavações arqueológicas, frutifique, e possa ser seguido por outras autarquias, na qualidade de primeiras interessadas na defesa e valorização dos bens arqueológicos situados nos respectivos territórios. É que as acções de preservação e consequente valorização do património arqueológico, quando correctamente projectadas e levadas à prática, têm (ou devem ter) reflexos imediatos benéficos na própria vivência socio-económica das populações locais: é o conceito de Património como recurso, gerador de desenvolvimento. A este propósito, são de recordar as considerações pioneiras feitas, a tal propósito, por E. SERRÃO (1967, p. 53): os monumentos arqueológicos “são mais do que valiosos motivos de sentimentalismo e cultura; são verdadeiras riquezas de ordem económica; podem valer tanto, ou mais, do que alguns ramos da actividade agrícola, pecuária e industrial, e os investimentos que a sua conservação e valorização exigem, não representam despesas sumptuárias, ou para satisfazer saudosismos decadentes, mas podem lícitamente (...) integrar-se nos planos nacionais de desenvolvimento”.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. (1987) – Arqueologia e turismo. *Actas das Primeiras Jornadas Arqueologia do Nordeste Alentejano* (Castelo de Vide, 1985), p. 9-11.
- ALARCÃO, A. (1988) – Os museus monográficos e os sítios arqueológicos – uma opinião. *Arquivo de Cascais*, 7, p. 269-274.
- CABRAL, F. Caldeira (1988) – O Turismo, a Cultura e os Recursos Naturais. *Correio da Natureza*, 3, p. 1, 2.
- CANINAS, J. C. (1995) – Um futuro comum para o Património Natural e o Património Cultural. *Fórum Ambiente*, 11, p. 11.

- CARDOSO, J.L. (1990) – A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos – algumas considerações a propósito do exemplo de Leceia. *Actas das Quartas Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), p. 139-146.
- GONÇALVES, E. Osório (1988) – Salvaguarda do Património. Uma estratégia de desenvolvimento regional nas áreas protegidas. *Correio da Natureza*, 2, p. 2-6.
- REAL, F. (1989) – Conservação, reabilitação e valorização de monumentos e sítios arqueológicos. Comunicação às Segundas Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (Monforte, 1989). Não publicadas.
- ROSMANINHO, L. coordenador (1990) – Mesa Redonda – O ambiente e o mercado único – Turismo. *O Verde*, 18, p. 7-18. Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente.
- ROSMANINHO, L.; CANINAS, J. e COITO, C. (1990) – Turismo Global. *O Verde*, 18, p. 19-23. Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente.
- SERRÃO, E. da Cunha (1967) – Turismo cultural. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, 1, p. 46-53.